

# SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO – SEAPA

## EDITAL DE CONCURSOS PÚBLICOS N.º 02/2013 - SEAPA - RETIFICAÇÃO -

O Secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA, no uso de suas atribuições, retifica o Edital de Concursos Públicos N.º 01/2013, conforme segue:

### 1. Retifica-se o Anexo 7 - Programas e Bibliografias

#### 1.1. Retifica-se o subitem 2.1. Programa e Bibliografia da Prova de Conhecimentos específicos do Cargo/Especialidade – 01- FEA: Médico Veterinário

##### 1.1.1. Exclui-se da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Cargo/Especialidade – 01- FEA: Médico Veterinário o seguinte Programa e Bibliografia:

Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de bovinos e bubalinos aplicadas ao Código Zoosanitário.

Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de aves aplicadas ao Código Zoosanitário.

Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de suínos aplicadas ao Código Zoosanitário.

Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de ovinos e caprinos aplicadas ao Código Zoosanitário.

Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de equinos aplicadas ao Código Zoosanitário.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Boletim Técnico: Biotecnologia Agropecuária. – Brasília. 2010. Disponível em

[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/Qualidade%20dos%20alimentos/biotecnologia\\_F.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Qualidade%20dos%20alimentos/biotecnologia_F.pdf) Acessado em 16/10/2013.

##### 1.1.2. Inclui-se na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Cargo/Especialidade – 01- FEA: Médico Veterinário o seguinte Programa e Bibliografia:

Enfermidades de notificação obrigatória, estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); Procedimentos de coleta e envio de amostras para laboratórios, visando o diagnóstico de doenças de notificação obrigatória; Atuação em focos de doenças exóticas e emergenciais; Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal; Conhecimentos sobre organismos e fóruns internacionais (Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, Organização Mundial do Comércio - OMC, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, Organização Panamericana de Saúde - OMS/OPS, Comissão do Codex Alimentarius -FAO/OMS); Fraude em alimentos; Estrutura da Carne; Conservação do Músculo em Carne; Características Organolépticas da Carne; Microbiologia da Carne; Toxinfecções e Intoxicações Alimentares; Zoonoses; Métodos de conservação de alimentos: calor, frio, modificação do pH, modificação da atividade de água (aw), uso de aditivos químicos; Processamento Tecnológico de produtos de salsicharia (embutidos); Doenças de origem alimentar; Zoonoses; Métodos de detecção, ferramentas de gerenciamento de segurança alimentar; Parâmetros intrínsecos e Extrínsecos dos alimentos que afetam o crescimento microbiano; Indicadores de segurança e qualidade dos alimentos; Critérios microbiológicos; Ferramentas de qualidade: APPCC e BPF; Inspeção Industrial e Sanitária de Leite e Derivados: Classificação de estabelecimentos, produção, identidade e qualidade do leite, transporte a granel; Inspeção Industrial e Sanitária de Ovos e Derivados: Classificação de estabelecimentos, normas gerais de inspeção de ovos e derivados; Inspeção Industrial e Sanitária de Mel, Cera de Abelhas e Derivados: Classificação de estabelecimentos, identidade e qualidade do mel, normas

higiênico-sanitárias e tecnológicas para mel, cera de abelhas e derivados; Inspeção Industrial e Sanitária de Carnes, Derivados e Subprodutos; Adesão de Estados e municípios ao SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal); Adesão dos municípios ao SUSAF/RS (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte-SUSAF-RS).

Raiva dos Herbívoros (PNCRH) - IN nº 05 de 1º de março de 2002; IN 44/2013 - Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB); SCRAPIE - IN nº 15 de 02 de abril de 2008; Encefalopatia Espongiforme Bovina - IN nº 49 de 15 de setembro de 2008; - IN nº 08 de 25 de março de 2004; IN nº 18 de 15 de dezembro de 2003; IN nº 41 de 08 de outubro de 2009.

Instrução Normativa Nº 4, 31 de março de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Carne Mecanicamente Separada, Mortadela, Lingüiça e de Salsicha; Instrução Normativa Nº 20, de 31 de julho de 2000 (MAPA)– Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Almôndega, Apresuntado, Fiambre, Hambúrguer, Kibe, Presunto Cozido e de Presunto; Instrução Normativa Nº 21, de 31 de julho de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Patê, Bacon ou Barriga Defumada e de Lombo Suíno; Instrução Normativa Nº 22, de 31 de julho de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Copa, Jerked Beef, de Presunto Tipo Parma , de Presunto Cru, de Salame, de Salaminho, de Salame Tipo Alemão, de Salame Tipo Calabrês, de Salame Tipo Friolano, de Tipo Napolitano, de Salame Tipo Hamburguês, de Salame Tipo Italiano, de Salame Tipo Milano, de Lingüiça Colonial e de Pepperoni; Instrução Normativa Nº 6, de 15 de fevereiro de 2001 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Paleta Cozida, Produtos Cárneos Salgados, Empanados, Presunto Tipo Serrano e Prato Elaborado Pronto ou Semi-Pronto Contendo Produtos de Origem Animal; Portaria Nº 352, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Queijo Minas Frescal; Portaria Nº 353, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Parmesão, Parmesano, Reggiano, Reggianito e Sbrinz; Portaria Nº 354, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Doce de Leite; Portaria Nº 355, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo em pó; Portaria Nº 356, de 04 setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Processado ou Fundido, Processado Pasteurizado e Processado ou Fundido U.H.T (UAT); Portaria Nº 357, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Ralado; Portaria Nº 358, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Prato; Portaria Nº 359, de 04 setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Requeijão ou Requesôn; Portaria Nº 360, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Danbo; Portaria Nº 361, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Tilsit; Portaria Nº 362, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Tybo; Portaria Nº 363, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Pategrás Sandwich; Portaria Nº 364, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Mozzarella (Muzzarella ou Mussarela); Portaria Nº 365, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Tandil; Portaria Nº 366, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Massa para elaborar queijo Mozzarella (Muzzarella ou Mussarela); Portaria Nº 369, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite em Pó; Portaria Nº 370, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite U.H.T (U.A.T); Portaria Nº 372, de 04 de setembro de 1997 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Margarina; Instrução Normativa Nº 37, de 31 de outubro de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite de Cabra; Instrução Normativa Nº 16, de 23 de agosto de 2005 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Bebida Láctea; Instrução Normativa Nº 46, de 23 de outubro de 2007 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leites Fermentados; Instrução Normativa Nº 22, de 24 de novembro de 2005 (MAPA) – Regulamento Técnico para rotulagem de produtos de Origem Animal Embalado; Instrução Normativa Nº 51, de 29 de dezembro de 2005 (MAPA) – Regulamento Técnico de atribuição de aditivos, e seus limites para Carnes e Produtos Cárneos;

Portaria Nº 146, de 07 de março de 1996 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Manteiga; Instrução Normativa Nº 23, de 30 de agosto de 2012 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Nata; Instrução Normativa Nº 53, de 29 de dezembro de 2000 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo Petit Suisse; Instrução Normativa Nº 03, de 19 de janeiro de 2001 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Geléia Real; Instrução Normativa Nº 30, de 26 de junho de 2001 (MAPA) – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijo de Coalho; Lei 13.825 de 4/11/2011, dispõe sobre o SUSAF e dá outras providências; Decreto 5741 de 30/03/2006 que aprova o regulamento dos artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei Nº 8171 de 17/01/1991; Decreto 49.340 de 05/07/2012 que regulamenta a Lei 13.825 de 4/11/2011; Decreto 7.216 de 17/06/2010 que dá nova redação e acresce dispositivos ao Regulamento dos artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei Nº 8171 de 17/01/1991; Lei 9.712 de 20/11/1998 que altera a Lei 8.171, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; Lei 8.171 de 17/01/1991 – Dispõem sobre a política agrícola; IN Nº 36 de 20/07/2011 – Requisito para adesão ao SISBI-POA por parte de estados e municípios; IN Nº 02 de 12/02/2009 – Rotulagem SISBI-POA; IN Nº 02 de 20/02/2013 que aprova os requisitos para a adesão dos municípios ao SUSAF/RS; IN Nº 06 de 25/09/2013 que aprova os requisitos para adesão de consórcio público ao SUSAF-RS; IN Nº 34 de 28/05/2008 - Aprovar o Regulamento Técnico da Inspeção Higiênico Sanitária e Tecnológica do Processamento de Resíduos de Animais e o Modelo de Documento de Transporte de Resíduos Animais, constantes dos Anexos I e II, respectivamente; Resolução nº 90, de 18 de maio de 2011 – SEAPPA; IN Nº 09 de 08/03/2010 – Regulamenta o registro de estabelecimentos produtores de farinha e produtos gordurosos; PORTARIA Nº 210 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998 - 1º Aprovar o Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves; PORTARIA Nº 711, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995 - Aprovar as NORMAS TÉCNICAS DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE SUÍNOS; PORTARIA Nº 2914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011 – MINISTÉRIO DA SAÚDE; PORTARIA Nº 211, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009 – SEAPPA; IN 50/2013 MAPA.

BEHMER, M.L. Tecnologia do leite. São Paulo: Nobel, 1999.

BRASIL - Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica.

Prata, Luiz Francisco – Fundamentos de higiene e inspeção de carnes; Jaboticabal; FUNEP

R.A. Lawrie – Ciência da carne – Porto Alegre; ARTMED

Pardi, Miguel Clone – Ciência, higiene e tecnologia da carne; Niterói; EDUFF

Ordoñez, Juan A. – Tecnologia de Alimentos – Porto Alegre; ARTMED

Olivo, Rubison – O mundo do frango – Criciúma; Ed. Do Autor

Wilson, William M – Inspeção prática da carne – São Paulo; ROCA

Gava, Altanir Jaime – Tecnologia de alimentos – Princípios e aplicações – São Paulo; NOBEL.

Microbiologia da Segurança Alimentar. Stephen J. Forsythe, Artmed, 2002

Zoonosis y Enfermedades Transmisibles Comunes ao Hombre y a los Animales. Pedro N. Acha, Boris Szyfres, OPAS, 1986

Microbiologia de Alimentos. James M. Jay, Artmed, 2005

Portaria 368 de 04/09/1997 MAPA – regulamento Técnico sobre as condições Higiênico Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos

RDC 12 de 02/01/2001 ANVISA – Regulamento Técnico sobre os Padrões Microbiológicos para Alimentos

BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 07 de julho de 1952.

BRASIL. Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002. Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 20 de setembro de 2002.

BRASIL. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 30 de dezembro de 2011.

BRASIL. Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000. Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade do Mel, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF. 20 de outubro de 2000.

BRASIL. Portaria nº 6, de 25 de julho de 1985. Normas Higiénico-Sanitárias e Tecnológicas para Mel, Cera de Abelhas e Derivados, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. Portaria nº 1, de 21 de fevereiro de 1990. Normas Gerais de Inspeção de Ovos e Derivados, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 06 de março de 1990. 06 de março de 1990.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 39.688, de 30 de agosto de 1999. Regulamenta a Lei nº 10.691, de 09 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul], Rio Grande do Sul, 31 de agosto de 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria nº 89, de 16 de maio de 2013. Regulamenta a coleta de leite cru refrigerado e seu transporte a granel nas empresas de laticínios com registro estadual, em conformidade com a Instrução Normativa nº 62 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 29 de dezembro de 2011. Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul], Rio Grande do Sul, 23 de maio de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria nº 90/2013, de 16 de maio de 2013. Determina a adoção no âmbito Estadual da IN 62 do MAPA de 29 de dezembro de 2011. Diário Oficial [do Estado do Rio Grande do Sul], Rio Grande do Sul, 22 de maio de 2013.

## **1.2. Retifica-se o subitem 2.2. Programa e Bibliografia da prova de Conhecimentos específicos do Cargo/Especialidade – 02- FEA: Engenheiro Agrônomo**

### **1.2.1. Exclui-se da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Cargo/Especialidade – 02- FEA: Engenheiro Agrônomo a seguinte Bibliografia:**

AMBROSANO, E. (Org.) **Agricultura Ecológica**. Guaíba: Agropecuária, 1999.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GUERRA, Milton de Souza. **Receituário Caseiro**. Alternativas para o controle de pragas e doenças de plantas cultivadas e de seus produtos. Brasília: Embrater, 1985.

PRIMAVESE, Ana. **Manejo Ecológico de Pragas e Doenças**: Técnicas alternativas para produção agropecuária e defesa do meio ambiente. São Paulo: Editora NOBEL, 1988.

## **1.3. Retifica-se o subitem 2.3. Programa e Bibliografia da prova de Conhecimentos específicos do Cargo/Especialidade – 03- TSAF: Médico Veterinário**

### **1.3.1. Exclui-se da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Cargo/Especialidade – 03- TSAF: Médico Veterinário a seguinte Bibliografia:**

Instrução Normativa SDA Nº 06, de 8 de janeiro de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

Instrução Normativa 44, de 2 de outubro de 2007 - Aprova as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa.

Instrução Normativa nº 10, de 11 de abril de 2013 - Definir o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas, para os estabelecimentos avícolas considerados de maior susceptibilidade à introdução e disseminação de agentes patogênicos no plantel avícola nacional e para estabelecimentos avícolas que exerçam atividades que necessitam de maior rigor sanitário.

Instrução Normativa nº 17, de 7 de abril de 2006 - Aprova, no Âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.

Instrução Normativa nº 32, de 13 de maio de 2002 - Aprova as Normas Técnicas de Vigilância para Doença de Newcastle e Influenza Aviária, e de Controle e Erradicação para Doença de Newcastle;

Instrução Normativa nº 36, de 6 de dezembro de 2012 - Altera a Instrução Normativa MAPA nº 56, de 4 de dezembro de 2007.

Instrução Normativa nº 44, de 23 de agosto de 2001 - Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas para a Micoplasmose Aviária

(Mycoplasma gallisepticum, synoviae e melleagridis), em conformidade ao ANEXO desta Instrução Normativa.

Instrução Normativa nº 56, de 4 de dezembro de 2007 - Estabelece os Procedimentos para Registro, Fiscalização e Controle de Estabelecimentos Avícolas de reprodução e Comerciais.

Instrução Normativa nº 59, de 4 de dezembro de 2009 - Altera a Instrução Normativa MAPA nº 56, de 4 de dezembro de 2007.

Instrução Normativa nº 78, de 3 de novembro de 2003 - Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como Livres de Salmonella Gallinarum e de Salmonella Pullorum e Livres ou Controlados para Salmonella Enteritidis e para Salmonella Typhimurium.

Instrução Normativa 24, de 5 de abril de 2004 - Aprova as normas para controle e erradicação do mormo.

Instrução Normativa 45, de 15 de junho de 2004 - Aprova as normas para controle e prevenção da Anemia Infecciosa Equina.

Instrução Normativa 06, de 9 de março de 2004 - Aprova as normas para a erradicação da PSC.

Instrução Normativa 27, de 20 de abril de 2004 - Aprova o Plano de contingência para PSC.

Instrução Normativa N°08, de 3 de abril de 2007 - Aprova as normas para controle e erradicação da Doença de Aujeszky em suídeos domésticos, a serem observadas em todo o território nacional.

Instrução Normativa N°19, de 15 de fevereiro de 2002 - Aprova as normas a serem cumpridas para a certificação de granjas de reprodutores suínos.

Instrução Normativa N°47, de 18 de junho de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de sanidade Suína.

Instrução Normativa 14, de 14 de maio de 2009 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 17, de 13 de julho de 2006 - Estabelecer a Norma Operacional do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV).

Instrução Normativa 24, de 30 de abril de 2008 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 48, de 4 de novembro de 2009 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 51, de 5 de novembro de 2007 - Altera IN 17 de 13/07/2006.

Instrução Normativa 65, de 16 de dezembro de 2009 - Altera a denominação do SERVIÇO DE RASTREABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE BOVINOS E BUBALINOS - SISBOV, que passa a chamar-se SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS – SISBOV.

RIO GRANDE DO SUL, Portaria N° 162, de 18 de outubro de 1994 - Aprova as normas complementares para fiscalização e controle zoossanitário das exposições, feiras, leilões e outras aglomerações de animais em todo o território nacional. Disponível em [http://www.lex.com.br/doc\\_6371\\_PORTARIA\\_N\\_162\\_DE\\_18\\_DE\\_OUTUBRO\\_DE\\_1994.aspx](http://www.lex.com.br/doc_6371_PORTARIA_N_162_DE_18_DE_OUTUBRO_DE_1994.aspx) Acessado em 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, Lei Estadual 11.099, de 22 de janeiro de 1998 - Institui o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. DISPONIVEL EM [http://www.dda.agricultura.rs.gov.br/lista/875/Programa\\_Estadual\\_de\\_Erradicação\\_e\\_Prevenção\\_da\\_Febre\\_Aftosa](http://www.dda.agricultura.rs.gov.br/lista/875/Programa_Estadual_de_Erradica%C3%A7%C3%A3o_e_Preven%C3%A7%C3%A3o_da_Febre_Aftosa) ACESSADO EM 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, Lei Estadual 11.563, de 28 de dezembro de 2000 - Altera a Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998. Disponível em [http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/12609733961179347089Lei11.099\\_com\\_atualizacoes.pdf](http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/12609733961179347089Lei11.099_com_atualizacoes.pdf)

RIO GRANDE DO SUL, Lei Estadual 13.745, de 30 de junho de 2011 - Altera a Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998. Disponível em <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=153744> Acessado em 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, Lei Estadual 12.731, de 26 de junho de 2007 - Institui no Estado do Rio Grande do Sul o Programa Estadual de Sanidade Avícola e dá outras providências Disponível em [http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/1340203200LEI\\_12.731\\_Grande\\_alta\\_definicao.PDF](http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/1340203200LEI_12.731_Grande_alta_definicao.PDF) Acessado em 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, Decreto Estadual N° 48.677, de 12 de dezembro de 2011 - Institui o Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose Bovídea –

PROCETUBE. Disponível em  
[http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/1337624944DEC\\_48.677.pdf](http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/1337624944DEC_48.677.pdf) Acessado em  
20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, DECRETO Nº 34.869, de 31 de agosto de 1993 - Altera o Regulamento para a Erradicação da Sarna Ovina no Estado. Disponível em  
<http://www2.agricultura.rs.gov.br/servicos.php?cod=72> Acessado em 20/10/2013.

RIO GRANDE DO SUL, DECRETO Nº 20.704, de 23 de novembro de 1970 - Aprova o Regulamento para o Combate à Hidatidose Animal no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www2.agricultura.rs.gov.br/servicos.php?cod=72> Acessado em 20/10/2013.

BLOOD D. C., RADOSTITS O. M. **Clínica Veterinária**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

BRASIL, **Plano de Contingência para influenza e New Castle**. Programa Nacional de Sanidade Avícola, 2009. Disponível em  
[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/programa%20nacional%20sanidade%20avicola/pano%20de%20contingencia.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/programa%20nacional%20sanidade%20avicola/pano%20de%20contingencia.pdf) Acessado em 20/10/2012.

BRASIL, **Plano nacional de sanidade de caprinos e ovinos**. Disponível em  
<http://www.agricultura.gov.br/animal/sanidade-animal> Acessado em 20/10/2013.

BRASIL, **Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos**. Disponível em  
<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/animal/sanidade-animal> Acesso em 20/10/2013.

BRASIL, **Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos**. Disponível em  
<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/animal/sanidade-animal> Acessado em 20/10/2013.

BRASIL, **Programa Nacional de controle e erradicação da brucelose e tuberculose**. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/animal/sanidade-animal> Acessado em 20/10/2013.

BRASIL, **Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da febre aftosa**. <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/animal/sanidade-animal> Acessado em 20/10/2013.

JONES, T. C; HUNT, R. D.; KING, N. W. **Patologia Veterinária**. 6 ed. São Paulo: Manole, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL, **Código Sanitário para os animais terrestres**, 2012. Disponível em <http://www.oie.int/es/normas-internacionales/codigo-terrestre/acceso-en-linea/> Acessado em 20/10/2013.

RIET-CORREA, F. et al. **Doenças de ruminantes e equinos**. 2. ed. v.1. São Paulo: Livraria Varela, 2001.

SMITH, B. P. **Tratado de medicina veterinária interna de grandes animais**: moléstia de eqüinos, bovinos, ovinos e caprinos. Manole, 1. ed. São Paulo: Editora Manole LTDA, 1993.

THOMSON, W. **Patologia veterinária especial**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Porto Alegre, 22 de outubro de 2013

**Luiz Fernando Mainardi,**  
**Secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA**